

Moção

“Realizando em Progresso, Expandir a Dinâmica”

Índice

Capítulo 1

Bases Ideológicas e Políticas

- 1.1 – Ética dos Valores e do Comportamento.
- 1.2 – Socialismo Democrático.
- 1.3 – Solidariedade Nacional e Internacional.
- 1.4 – Representação do Baixo-Alentejo
- 1.5 – Partido Aberto e Participativo.

Capítulo 2

Democracia Interna

- 2.1 – Funcionamento Democrático e Inclusivo.
- 2.2 – Juventude Socialista.
- 2.3 – Melhorar a Comunicação.

Capítulo 3

Desenvolvimento Sustentável do Baixo-Alentejo

- 3.1 – Democracia e Comunicação.
- 3.2 – Os Municípios e a Representação do Território.

Moção

“Realizando em Progresso, Expandir a Dinâmica”

Capítulo 1

Bases Ideológicas e Políticas

1.1 – Ética dos Valores e do Comportamento.

O ponto inicial, inteiro e limpo (parafraseando, Sophia)¹, que marca e tem de marcar a nossa actividade está na indiscutível subordinação a parâmetros éticos.

Os valores que nos guiam são os da verdade, da seriedade, da honradez.

Os nossos valores políticos são os do serviço público, não os interesses particularistas; são os do progressismo, não os conservadores; são os da igualdade, não a injustiça; são os da fraternidade, não o individualismo; são os da solidariedade, não a avareza; são os da liberdade, não a servidão.

Os valores que defendemos, e queremos difundir, são prosseguidos mediante comportamentos transparentes e francos, no respeito pelas pessoas e pela sua opinião, na defesa dos bens públicos e do interesse geral, na óptica de servir e não de beneficiar-se, na ordem moral e na sujeição ao escrutínio.

¹ “*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*”

Poema: **25 de Abril**, por, Sophia de Mello Breyner Andresen.

1.2 – Socialismo Democrático.

O ideário do socialismo democrático radica nos movimentos históricos pela emancipação e pelos direitos das pessoas na Sociedade e não é dissociável da liberdade.

A democracia não é meio mas fim, ela própria, pois sem liberdade e sem democracia não são realizáveis a justiça, a igualdade de oportunidades e a realização pessoal dos indivíduos.

A democracia não é porém uma realidade estática que se alcança num ponto final.

Ela é sim um quadro de vivência política, com a sua intrínseca dinâmica, que todos os dias se conquista, se constrói e se aperfeiçoa. Incessantemente.

A democracia é, para nós, política, económica, social e cultural.

A soberania do Povo, o primado da Lei, o desenvolvimento, a inovação, a justiça social, o bem-estar, a alforria de empreender, a solidariedade, a liberdade de criação cultural, o usufruto dos bens comuns, a defesa do ambiente, os direitos humanos, tudo são vectores da construção do nosso socialismo e da nossa democracia – do socialismo democrático.

1.3 – Solidariedade Nacional e Internacional.

1.3.1 - Os socialistas do Baixo-Alentejo integram-se no concerto nacional da política do País, no quadro da definição programática e estratégica do Partido Socialista, em conformidade com as decisões democráticas do Congresso Nacional e dos demais órgãos estatutários.

A solidariedade nacional empenhada do PS do Baixo-Alentejo não coarcta a livre expressão da crítica, a liberdade de opinião e o direito de proposta, designadamente nos locais e perante os órgãos próprios.

1.3.2 - No plano europeu acreditamos na integração de Portugal na União e na sua relevância para o desenvolvimento, não só económico mas também social e cultural.

Acreditamos na Europa como factor de equilíbrio e de paz no mundo e agente de progresso dos direitos humanos e sociais.

Somos partidários do aprofundamento da União entre os Estados e os Povos através do processo democrático, mas mais participado e mais próximo dos cidadãos e das cidadãs.

1.3.3 – No plano internacional encaramos o fenómeno da globalização como uma prioridade política no sentido de obtenção de ganhos no controlo democrático e na submissão a regras de Direito Internacional.

O progresso económico e tecnológico, no mundo, deve ser encarado, muito positivamente, como factor de aproximação entre os seres humanos, como incentivo à convivência pacífica, ao respeito pelas diferenças genéticas, culturais ou religiosas, como condição benéfica para o progresso social e como estímulo ao desenvolvimento para todos.

Ponto é que a política e o Direito ganhem espaço de intervenção em ordem a introduzir mais regulação, justiça e ética no processo.

1.4 – Representação do Baixo-Alentejo

Um dos aspectos essenciais que integra a carta de missão dos órgãos da Federação é, e continuará a ser, a representação política dos interesses do Baixo-Alentejo.

Este desígnio inclui uma franca cooperação e uma proximidade política privilegiada com o Alentejo Litoral, por razões geográficas, históricas e culturais, e também por integração estratégica de desenvolvimento económico comum.

Neste último aspecto relevam as ligações e sinergias entre projectos de desenvolvimento como o Alqueva, o Aeroporto de Beja, o Porto de Sines e a sua plataforma industrial e o pólo de turismo da costa alentejana, e, sobretudo, a auto-estrada que ligará ambos os territórios, em breve, que constitui o Itinerário Principal número oito do Plano Rodoviário Nacional.

Neste aspecto refira-se a Comissão Coordenadora do Litoral Alentejano do PS, que vem funcionando como uma plataforma de ligação e coordenação política, envolvendo a nossa Federação e a Federação de Setúbal, desde Setembro de 2006.

Por outro lado, importa esclarecer que a representação dos interesses do Baixo-Alentejo não está dependente das formas de organização administrativa, ou de outra natureza, do Estado e das autarquias locais, pois o território e a população que polarizam a sua centralidade em torno de Beja, devem, sempre e em qualquer circunstância, fazer valer os seus interesses específicos e ter a sua voz própria.

Não obstante é opinião da Federação que o Poder Local pode e deve constituir-se em formas associativas aptas à defesa e representação do território comum.

1.5 – Partido Aberto e Participativo.

Outro alicerce essencial da acção política da Federação deve prender-se com a sua capacidade e inequívoca vontade política de se abrir a toda gente que esteja disposta a contribuir com a sua opinião, com o seu trabalho, com a sua participação, para a vida

política e cívica, sem dependência de pertença ou de quaisquer outros compromissos com o PS.

Abrindo-se a todas e a todos quantos queiram participar na vida cívica e política, estimulando o debate aberto para fora do Partido, à vista, e incorporando a opinião alheia, o PS obtém um importantíssimo contributo para o seu enriquecimento programático e, pelo seu lado, os que connosco participam dão um relevante aporte às políticas públicas a prosseguir pelo poder político e realizam-se na sua intervenção cívica numa plataforma útil e consequente, porquanto tais contributos são sempre tidos em consideração pelo PS que é um Partido de Poder a todos os níveis.

Neste particular, a experiência do Fórum Novas Fronteiras tem-se revelado bem interessante e mostra um caminho adequado e útil, mas que pode não ser o único, de abertura participativa que deve ser prosseguida e aprofundada.

Capítulo 2

Democracia Interna

2.1 – Funcionamento Democrático e Inclusivo.

Desde logo, o funcionamento dos órgãos partidários, segundo as regras estatutárias, cumprindo os seus programas e calendários, e dando espaço ao debate e à expressão livre da opinião, é uma garantia essencial do nosso funcionamento democrático.

A dependência de eleições, com livres candidaturas, como método de escolha para os cargos dirigentes, e a vinculação dessas candidaturas a um programa político, constante de uma moção de estratégia, é outro aspecto que decorre da essência democrática da nossa organização e funcionamento.

Por outro lado assinala-se o voluntariado como base do exercício dos cargos dirigentes, aliás, exactamente igual a qualquer militante do Partido.

Os dirigentes dão o seu trabalho cívico sem qualquer espécie de remuneração ou compensação material em troca.

Este sistema garante que ninguém depende, na sua vida privada, da vida do Partido, e propicia que a eleição tenha uma base local, quer na escolha das pessoas quer dos programas políticos, conferindo independência e capacidade de afirmação e defesa autónoma dos pontos de vista locais, em representação dos socialistas e da Sociedade local em geral.

Trata-se de um importante contraste democrático com o que se conhece em outros Partidos Políticos, em que os dirigentes, designadamente distritais, não são eleitos mas nomeados de cima, politicamente dependentes, muitas vezes nem sequer recrutados na base local, e escolhidos entre funcionários também dependentes no plano económico.

A limitação de mandatos sucessivos, bem como as incompatibilidades e proibição de acumulação entre cargos executivos locais, regionais e nacionais, conforme estabelecem os estatutos do PS, são outras importantes garantias de democraticidade e renovação que apoiamos inequivocamente.

Na mesma linha avançada e progressista, temos a exigência de paridade de género, na constituição dos órgãos partidários, e que até já conseguimos transpor para a ordem jurídica eleitoral do País, levando à presença obrigatória, nesses mesmos órgãos, de um terço, pelo menos, de militantes de qualquer dos sexos.

Trata-se de uma norma que, apesar de encontrar dificuldades materiais de cumprimento em alguns contextos (como o nosso) deve merecer inteiro apoio e responsabilizar-nos para a criação de condições objectivas para a sua cabal observância, destacando-se aqui a competência própria do Departamento das Mulheres do PS.

É pois neste contexto amplo e avançado da nossa democracia interna que os órgãos das estruturas de base e da Federação devem trabalhar, no sentido de promover a inclusão de todos os socialistas no trabalho político, no debate de ideias e nos combates eleitorais.

2.2 – Juventude Socialista

O progresso e a renovação da política precisam de mais participação e envolvimento dos e das jovens, de modo que se estimulem e aportem novas ideias e novas áreas de interesse para a política, e, de modo que se criem condições de entrada e preparação das novas gerações para as causas cívicas e para o exercício do serviço público.

Em paralelo ao nosso presente Congresso decorre já um encontro de jovens de onde esperamos que saia um reforço das dinâmicas de organização e de intervenção da Juventude Socialista do Baixo-Alentejo.

Mas, para além disso, todos devemos assumir que é nossa obrigação estimular a participação jovem, independentemente do esquema organizativo ou para além dele, pelo que o lançamento de iniciativas inspiradas no Fórum Novas Fronteiras, dirigidas à participação dos e das jovens no debate de ideias, em todos os temas social e politicamente relevantes (e não apenas restrito aos temas típicos de juventude) deve ser uma linha de actuação e de cooperação entre a Federação do PS e a da JS.

2.3 – Melhorar a Comunicação.

Sem uma boa comunicação não há uma boa vida política democrática.

É pela palavra, pela produção de ideias, pelo debate, que se faz a política e, aí, a comunicação é essência.

E, a comunicação democrática, deve ser múltipla ou multilateral, devendo criar-se condições para ela ser gerada e ser recebida entre todos os socialistas.

As novas tecnologias de informação e comunicação facilitam grandemente este objectivo e devemos usá-las em todas as suas potencialidades ao serviço da nossa vida democrática.

Assim, neste mandato, a Federação deve investir mais fortemente, de forma muito decidida, neste aspecto dedicando-lhe mais meios financeiros e humanos, visando alcançar um contacto assíduo com todos os militantes e com os simpatizantes e, por outro lado com outros cidadãos e com instituições, de molde a transmitir e receber informação, ideias, opiniões e propostas, que certamente, muito vão enriquecer todos os intervenientes.

Capítulo 3

Desenvolvimento Sustentável do Baixo-Alentejo

3.1 – Democracia e Comunicação.

A comunicação social deve desempenhar um papel crescente na difusão da informação, do conhecimento e no debate de ideias.

Defendemos que, na nossa região, a comunicação social tem um largo espaço de crescimento à sua frente decorrente do progresso da cultura, da literacia e da democracia.

Para a política, a comunicação social desempenha um papel importante de mediação da informação, entre os agentes políticos e as populações e instituições, aliás em sentido biunívoco.

A independência e o pluralismo dos órgãos de comunicação são de uma importância extrema para a verdade e para a moralidade da fenómeno comunicacional, pelo que é absolutamente fundamental a existência de órgãos de comunicação fortes, autónomos e independentes.

Na nossa região temos sempre enfrentado dificuldades neste sector, quer, nuns casos, decorrentes da fragilidade do financiamento, quer, por outra parte, decorrentes de subserviência e instrumentalização política.

A independência, a isenção e o pluralismo da comunicação social devem ser uma bandeira ideológica dos socialistas, defendendo nós que os órgãos de comunicação devem tão só obedecer a critérios formais de actividade e não a interesses substantivos de representação preferencial desta ou daquela corrente.

A evolução política, no sentido democrático, e, a evolução cultural do público, no sentido da exigência de qualidade e respeito na informação, devem acompanhar-nos a almejar uma comunicação social regional e local, mais forte e mais presente na vida quotidiana da nossa população.

3.2 – Os Municípios e a Representação do Território.

Aos municípios abre-se um largo espectro de novas atribuições e competências por onde poderão crescer a sua actividade e, conseqüentemente, acrescentar a sua influência política e social.

O mais recente caso de descentralização do Estado para os municípios, em matéria de educação e ensino, é um exemplo significativo, mas outras áreas mais poderão, a seguir, vir a reforçar as responsabilidades municipais.

Entretanto nova legislação aponta já que, no futuro próximo, certas áreas materiais de descentralização não terão em cada município o interlocutor e depositário adequado, mas sim conjuntos de municípios, atingindo patamares de maiores escala e dimensão, que será alcançado pelo sistema associativo.

As associações de municípios, para além de instrumento dos municípios para exercerem, em comum, certos interesses e competências suas, também, de futuro, lhes vão permitir receberem novas responsabilidades administrativas descentralizadas do Estado.

Mas, associados, os municípios podem ainda alcançar, na prática, níveis de representatividade política do território a que pertencem.

Nunca aqui, em Beja, conseguimos alcançar esse desiderato representativo porque outras forças políticas, com forte expressão autárquica, sempre boicotaram essa hipótese e sempre mataram todas as propostas e tentativas que os autarcas socialistas chegaram a avançar.

Em nosso entender seja em que contexto for (seja perante os Estado e a Administração Central, seja perante organismos regionais, seja face a interesses de outras regiões que possam competir com os nossos, seja até no quadro europeu ou na cooperação internacional) faz sentido e tem todo o interesse que o Poder Local, enquanto conjunto, procure ter uma voz própria e uma acção representativa do seu território comum.

Por isso um dos pontos políticos a aprofundar, com as candidaturas eleitorais e com os autarcas socialistas eleitos, será justamente a do modelo associativo municipal a desenvolver a partir da centralidade de Beja.

3.3 – As Freguesias e a Democracia de Base.

A grandeza da proximidade, a intervenção política de base, e a cooperação de vizinhança, salientam o valor intrínseco da Freguesia no sistema administrativo.

A Freguesia é a entidade que melhor representa a cultura local, que mais próxima está dos problemas e das necessidades, a que melhor conhece o sentir das pessoas concretas, e aquela onde os órgãos representativos mais directamente se relacionam e dependem das populações.

É também nas Freguesias que a participação popular nos acontecimentos, na vida colectiva e, até, no trabalho da autarquia melhor se concretiza.

O princípio da subsidiariedade manda que “regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos”, como consta da Carta Europeia de Autonomia Local, e é justamente nas Freguesias que se pode encontrar a expressão mais lídima deste princípio político.

Acresce a tudo isto que, no plano político local, as Freguesias espelham a mais fina rede de implantação política, e, esse nível dá uma contribuição muito importante e tantas vezes decisiva para o sucesso político das eleições.

Por tudo isto, na programação política e eleitoral que se avizinha, a Federação vai considerar as Freguesias em plano de primeira prioridade.

3.4 – Descentralização Administrativa e Económica.

O desenvolvimento do interior do País depende em grande medida da descentralização.

O desequilíbrio decorrente da grande concentração de actividades e da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e em vastas faixas do litoral, só pode ser resolvido pelo surgimento de mais actividades e entidades com poder, no interior.

Se a descentralização administrativa pode dar um contributo, neste sentido do equilíbrio e da proporção, é preciso atender que igual importância, pelo menos, terá o advento de iniciativas económicas, o surgimento de apostas empresariais e a criação de emprego, num movimento de descentralização económica.

Assim, a Federação dará o seu apoio a todas as políticas que venham nesse sentido da descentralização, procurando não deixar restringir o debate aos aspectos da organização administrativa, mas lutando por trazer à colação a perspectiva da base económica, sendo, para nós, ponto assente que toda a descentralização deve tratar os territórios a que se destina com equilíbrio interno.

A força do apoio à descentralização é proporcional à percepção de que tal movimento não inclui, em si, um novo modelo neocentralista.

3.5 – Depois dos Grandes Projectos.

O compromisso do PS com o Baixo-Alentejo está estabelecido nas suas medidas mais relevantes e é para ser cumprido no quadro do programa eleitoral e do Governo socialista.

Nas eleições legislativas do Outono de 2009 o PS responderá perante os eleitores.

O empreendimento de Alqueva está em concretização acelerada, com antecipação de mais de 10 anos, o Aeroporto de Beja tem as obras a decorrer, a auto-estrada de Beja (IP.8) está em concurso, o que, tudo junto, nestas fases, significa um investimento do Estado na ordem dos 1,4 mil milhões de Euros.

Nunca antes visto ou registado!

Além disso os investimentos no porto de Sines e na sua plataforma industrial, que terão fortes efeitos de proximidade para nós, estão em franco desenvolvimento, a exploração mineira em Neves-Corvo prepara novos crescimentos e a empresa, com o apoio do Governo, levou a cabo a reabertura da mina de Aljustrel.

Nas energias renováveis e no turismo também estão aqui em marcha dos maiores investimentos do País.

Portanto, a essência do projecto de investimentos, traçado no programa do PS e do Governo socialista, está assegurada, e deve honrar todos os socialistas.

Agora enfrentamos as exigências de uma nova fase.

Por isso, o grande desafio político, já não será mais a luta pelos projectos estruturantes do triângulo de desenvolvimento do Baixo-Alentejo.

Sempre temos defendido que o nosso modelo de desenvolvimento não se esgota nem se confina apenas naqueles grandes empreendimentos, e que existem outras realidades e outras oportunidades a explorar, seja nas pequenas e médias empresas, nos recursos endógenos, na tradicional base económica agrícola modernizada, na inovação tecnológica, etc..

Mas, obviamente, com a concretização dos grandes investimentos públicos referidos é preciso discutir a sua utilização futura, a sua ligação e as suas sinergias, o seu aproveitamento e os seus efeitos e consequências – é preciso preparar os passos seguintes.

Agora trata-se de discutir a estratégia política para além dos grandes projectos e para depois deles.

É com estes objectivos que a Federação se propõe vir a organizar uma grande conferência económica sob o lema “Depois dos Grandes Projectos”.

3.6 – Um Futuro Sustentável.

O desenvolvimento que queremos deve ser capaz de atender às necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam também as suas próprias necessidades.

Neste sentido deve ser, desde logo, um desenvolvimento que obedeça a um modelo suportável ambientalmente, deve defender a biodiversidade e colaborar nas medidas de precaução das mudanças climáticas.

A utilização de energias limpas e renováveis deve ser um critério principal para presidir ao esforço de investimento público e privado.

A produção de electricidade pela força hídrica de Alqueva ou pela energia solar são contributos relevantes que a região já dá ao País.

Sem prejuízo de outras formas de produção energética, ambientalmente correctas, deve ainda apostar-se no estímulo à crescente participação dos cidadãos na microgeração ou na colaboração doméstica no esforço global de eficiência energética, como, por exemplo, é o caso da substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas eficientes de baixo consumo.

O desenvolvimento sustentável deve ainda atender à valorização dos produtos locais, à defesa da cultura e aos modos de produção ecológica.

A educação universal e, em particular, o esforço de formação profissional e de formação permanente ao longo da vida, constituem também vectores de aposta sustentável no desenvolvimento.

Ainda, como linhas de orientação neste capítulo, devem ser atendidas a luta contra a pobreza e exclusão social, salientando-se a importância de programas como o rendimento social de inserção, ou, o complemento solidário para idosos, a promoção da paridade de género ou as interessantes experiências, lançadas por autarquias socialistas, de apoio médico-social às populações mais isoladas.

3.7 – O Voto do Povo.

Em 2009 haverá três actos eleitorais gerais: Para o Parlamento Europeu, em Junho; Para a Assembleia da República, e, para os órgãos das Autarquias Locais, em Setembro/Outubro.

Nestes actos eleitorais a Federação e as estruturas de base (Concelhias e Secções) estarão a aptas a dar o seu contributo para o esforço de geral de proposta, de esclarecimento e de campanha eleitoral.

Nas eleições de carácter nacional devemos salvaguardar, ao nível programático, o compromisso com os principais desígnios que interessam à região, a exemplo do que conseguimos, com sucesso, no ciclo político actual (casos da aposta no Aeroporto em Beja, na concretização do Alqueva agrícola bem como na sua antecipação, na ligação de Beja à rede de auto-estradas).

Nas eleições de carácter local, em que, aliás, já se está a trabalhar, com antecedência, o PS deve procurar formar as melhores candidaturas para os municípios e para as freguesias, quer ao nível das pessoas que as protagonizem, quer ao nível dos programas que deve apresentar ao eleitorado.

As opções e escolhas dos candidatos e dos programas deve ser feita em obediência às regras estatutárias da nossa democracia interna.

Assim, compete às Comissões Políticas Concelhias encontrar as melhores soluções, num trabalho aturado e responsável, e, a final, concretizar todas as escolhas pelo método do voto secreto.

A todos os dirigentes e militantes exige-se espírito de abertura e não fechamento na estrutura partidária, escolhas relevantes pela sua inserção na sociedade de cada local, procura da competência, do mérito e da aceitação social, visão programática e compromisso estratégico para o desempenho dos mandatos, adequada a cada município ou a cada freguesia em concreto.

Os órgãos da Federação estão a fazer, e continuarão a fazer, o acompanhamento de todos os processos com sentido da participação cooperativa no encontrar dos melhores rumos de solução, e garantirão, em todo o lado e em todos os casos, a observância das regras estatutárias, da transparência e do método democrático.

O poder estatutário, de intervenção directa e decisória da Federação nos processos autárquicos, será usado apenas e se, em algum caso, se mostrar necessário por dificuldade insuperável de decisão, grave desacordo ou atropelo às regras estatutárias, o que, na fase em que já nos encontramos, podemos afirmar não se prever que venha a tornar-se necessário.

Os órgãos da Federação e as estruturas de base devem enfrentar as campanhas e os processos eleitorais em consonância e com absoluta solidariedade política recíproca.

No processo eleitoral autárquico é dever de todas as estruturas do Partido preparar as melhores soluções possíveis, em função das condições e disponibilidades existentes em cada local, de modo que se apresentem candidaturas capazes e credíveis para a governação autárquica, isto é, para disputar a vitória eleitoral autarquia a autarquia.

Os resultados eleitorais dependem de vários factores, que não estarão todos na disponibilidade das estruturas do partido ou das candidaturas geradas.

Conta o ambiente político geral, a nível nacional, ao momento da eleição, conta o mérito ou demérito dos adversários, e conta o nosso trabalho.

Por isso, lutando sempre para apresentar as melhores soluções - e sempre para ganhar - as estruturas e os dirigentes do Partido, bem como os candidatos e todos os militantes, devem enfrentar com racionalidade e espírito democrático o veredicto do Povo, no quadro do sistema político-eleitoral em que nos integramos.

Luís Pita Ameixa
7461